



Câmara Municipal de Aveiro

Gabinete do Presidente

Nota de Imprensa N.º 99, de 31 de outubro de 2014

Reunião de Câmara – 31 de outubro de 2014

Apresentamos por este meio informação sobre as principais deliberações da Reunião do Executivo da Câmara Municipal de Aveiro (CMA), realizada hoje sexta-feira, dia 31 de outubro de 2014.

1. Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2015

O Executivo Municipal deliberou aprovar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para o ano de 2015, documento de grande importância e de características excecionais, que derivam da fase crucial de reestruturação organizacional e financeira que a CMA vive e viverá em 2015, assim como da aposta em cumprir com qualidade a prestação de serviços públicos essenciais e em realizar investimento com a devida sustentabilidade financeira, com o necessário rigor, realismo e uma determinada coragem reformista.

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento CMA 2015 são um exercício muito importante de estruturação da atividade Municipal, embora executado numa fase complexa (outubro 2014) em que alguns dos fatores relevantes para a gestão de 2015, só terão os seus processos concluídos apenas nos próximos meses (de novembro 2014 a março 2015), nomeadamente, a quatro níveis:

1) O Plano de Ajustamento Municipal a apresentar e acordar com o Fundo de Apoio Municipal (FAM), que embora esteja em plena execução e com os seus principais

contornos definidos, não tem as definições finais que terão de ser integradas nas GOP/Orçamento CMA 2015;

2) O tempo exato da ocorrência e o impacto de todos os pormenores do processo de extinção das Empresas Municipais e da internalização na CMA dos seus serviços, que nalguns casos serão alvo de processos de concessão;

3) A reforma do quadro legal e o âmbito da sua aplicação, nomeadamente no que respeita à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, à Lei do Orçamento do Estado de 2015, à Portaria 209/2014 (das rescisões por mútuo acordo), à regulamentação sobre os limites de endividamento e a capacidade de investimento dos Municípios;

4) O quadro de Fundos Comunitários do Portugal 2020, nomeadamente o conhecimento dos seus Programas Operacionais e Regulamentos, de forma a podermos definir com pormenor as ações e os projetos que vamos candidatar a financiamento, assim como a devida estratégia e cronograma de ação.

Estando bem definido o Programa de Governação da CMA para o presente mandato autárquico 2013/2017, que tem como matriz o Programa de Candidatura da Aliança Com Aveiro, sufragado pela maioria dos eleitores em 29 de setembro de 2013, o ano de 2015 é um ano de capital importância para a execução da fase final e principal de reestruturação do Setor Empresarial Local (acabando com todas as Empresas Municipais existentes nos termos da Lei 50/2012) e de reestruturação financeira da CMA com a utilização do Fundo de Apoio Municipal, dando seguimento ao importante trabalho realizado em 2014.

Este documento foi elaborado tendo como base principal a utilização do FAM, o pagamento das dívidas no quadro do FAM, a reestruturação do universo de entidades municipais e a implementação de um conjunto de medidas novas que derivam do Programa de Ação.

O ano de 2015 é o último da execução dos Fundos Comunitários do QREN, sendo a boa execução dos projetos em curso um importante objetivo a cumprir. O ano de 2015 vai ser também o primeiro ano de execução dos novos Fundos Comunitários do quadro 2014/2020, que queremos aproveitar com o mais elevado nível de eficiência.

A reestruturação organizacional e financeira que tem sido alvo de muito trabalho desde 23OUT13, é uma prioridade absoluta para 2015, sendo agora seguro que se concretizarão durante o exercício de 2015 as muitas medidas em definição no quadro do Programa de Ajustamento Municipal, que vai substituir com qualidade o comprovadamente incapaz Plano de Saneamento Municipal que a CMA tem em execução desde 2009.

No âmbito da reorganização da CMA e das Entidades do seu Universo Municipal, faremos a internalização das estruturas e a diminuição de custos de contexto e de funcionamento, racionalizando meios e recursos.

Alguns dos objetivos a concretizar em 2015, são estritamente Municipais e outros envolvidos têm carácter e/ou enquadramento à escala intermunicipal, nomeadamente ao nível da AdRA-Águas da Região de Aveiro, do Polis da Ria de Aveiro, do Grupo de Ação Costeira da Região de Aveiro, do Parque de Ciência e Inovação, do Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar, da Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal, da Rede Urbana para a Competitividade e Inovação (RUCI) da Região de Aveiro, entre outros.

O enquadramento político municipal assume em pleno a herança recebida, com elevado índice de complexidade e de gravidade, mas com uma operação de gestão e intervenção política no seguimento da implementada em 2014, com determinação, solidez e estabilidade, enraizada no mandato conferido pelos Cidadãos do Município de Aveiro e no programa escolhido para a ação da CMA para o mandato 2013/2017, com a certeza que continuaremos a gerir todas as muitas perturbações de incidência maioritariamente negativa da conjuntura Nacional e Europeia em que vivemos.

É neste contexto e com estas Grandes Opções do Plano e este Orçamento que planeamos o ano 2015 da CMA, no qual também queremos cumprir o objetivo de prestar serviços de qualidade crescente aos Cidadãos.

O Município de Aveiro vai continuar a ser ativo e liderante no desenvolvimento de trabalho de Parceria no âmbito da Cooperação Institucional com as Associações do Município, dando seguimento à nova filosofia e ao novo modelo regulamentar de cooperação que estamos a gerir desde 23OUT13.

As Grandes Opções do Plano 2015 assumem um investimento Municipal, com um valor de 40.432.570€. O montante global do Orçamento da Câmara Municipal de Aveiro (CMA) para 2014 (investimento + despesas de funcionamento), assume o valor de 135.577.075€.

Este valor elevado do Orçamento da CMA para 2015, justifica-se pela integração de uma previsão de assistência financeira do FAM (incluindo o ATU) de cerca de 84,45 milhões de euros, de 10 milhões de euros da integração dos passivos das Empresas Municipais e da maior parte dos cerca de 11 milhões de euros referenciados na Auditoria Interna realizada em 2014 e que não estavam nas Contas da CMA de 2013. Retirando esses valores, o Orçamento 2015 assume para a gestão em sentido estrito da operação 2015, uma receita de 59.126.695€ e uma despesa de 55.231.780€.

Nas GOP 2015 há uma presença importante da dívida que se perspectiva pagar na sua maioria com a utilização da assistência financeira do FAM, sendo que são assumidos também os custos dos serviços públicos essenciais, as execuções financeiras de obras em curso financiadas pelos Fundos Comunitários do QREN 2007/2013, equacionados alguns objetivos de investimento para financiar pelos Fundos Comunitários do Portugal 2020, assim como investimentos em parcerias institucionais com Juntas de Freguesia e Associações sem fins lucrativos, pela importância da sua atividade que rentabiliza os recursos municipais.

Nos serviços públicos essenciais são privilegiadas as áreas da Educação e da Ação Social, assim como as operações de qualificação do Parque Escolar e da Rede Viária.

Nos investimentos, a primazia vai para a execução de obras financiadas pelo QREN 2007/2013 que têm em 2015 o seu último ano de execução, sendo privilegiadas as áreas da qualificação ambiental e urbana, da qualificação de edifícios e parques, do empreendedorismo e do apoio à atividade económica e à criação de emprego.

Continuaremos a gerir em regime de racionalização e contenção das despesas, procurando novas fontes de receita e de financiamento, determinados em dar continuidade e estabilizar num patamar elevado de qualidade, o processo de credibilização institucional da CMA, pelo cumprimento dos compromissos assumidos.

Consolidada a dívida e terminado todo o trabalho em curso de verificação de compromissos assumidos ou reclamados, iniciaremos um processo de redução da dívida total e de cumprimento do quadro legal vigente (Lei dos Compromissos, limites de endividamento,...).

As Políticas Sociais – Educação, Cultura, Juventude e Seniores, e Ação Social – terão em 2015 o início da sua operação em consequência da reforma implementada, dando à Educação o espaço de opção prioritária, dada a sua relação direta com a gestão do principal património do Município: as Nossas Crianças e Jovens.

O planeamento vai ter um ano de importância capital, com primazia para a Revisão do Plano Diretor Municipal e de todos os instrumentos de planeamento em vigor (planos de pormenor, estudos urbanísticos e loteamentos municipal), gerida em paralelo com a revisão da Carta Educativa, e de outros instrumentos relevantes para o planeamento, o ordenamento e a gestão operacional do território.

A gestão da “AdRA-Águas da Região de Aveiro SA” passará a ter um acompanhamento capaz da CMA, desde o processo de revisão do seu estudo de viabilidade económico financeira, até à definição dos investimentos para o período de 2015 a 2020, e a sua ligação à gestão da SIMRIA e da Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga.

A Ria de Aveiro continuará a receber toda a atenção, pela cogestão do Programa de Qualificação e Valorização da Ria de Aveiro, gerido pela “Polis Litoral - Ria de Aveiro SA”, assim como na sua ligação à operação de valorização agrícola e ambiental do Baixo Vouga Lagunar.

Ao trabalho de cooperação institucional no quadro da Região de Aveiro, de importância primordial, serão acrescentadas ações no âmbito da Plataforma A25 (com Viseu e Guarda), do Projeto Noroeste Global (com Porto, Braga e Guimarães), assim como todo o importante trabalho no âmbito da ANMP.

O Município de Aveiro vai ter mais Mar, com as apostas que vamos concretizar na qualificação, dinamização e promoção de São Jacinto e por uma mais estreita e profícua relação com a área portuária gerida pela Administração do Porto de Aveiro.

Os investimentos públicos indutores da atividade das empresas privadas, a captação e apoio aos investidores privados, numa relação estreita com o novo modelo de gestão do Parque de Feiras e Exposições de Aveiro ao qual daremos novas funcionalidades (como a de incubadora de empresas, e o de centro de negócios), assim como com o Parque de Ciência e Inovação e com uma nova política de promoção do empreendedorismo, são apostas centrais para 2015.

O valor previsto para as despesas de funcionamento é de 25.154.937€, sendo que este valor será perturbado pelo processo e pelo momento de internalização das Empresas Municipais, agora que já está terminado o processo de internalização dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.

Reiteramos o compromisso de fazermos uma gestão da CMA conquistadora do equilíbrio das suas contas e da sua boa organização, e contributiva da elevação da qualidade de vida dos Cidadãos, numa estratégia de eficiência coletiva que envolve uma grande Equipa de Pessoas e Entidades, obreiras de muito mais e muito melhor.

Numa caminhada determinada e feita numa relação de Parceria Institucional com Entidades relevantes, e de proximidade e Equipa com os Cidadãos, vamos utilizar o ano 2015 para fazer muito mais e muito melhor pelo Município de Aveiro, com todo o empenho na Região de Aveiro e em Portugal, dando cumprimento aos compromissos assumidos e trabalhando pela conquista de um melhor futuro.

Este dossier segue para apreciação da Assembleia Municipal.

Anexo: texto completo da Introdução às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2015.

2. 11.º Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro

O Executivo Municipal deliberou aprovar o 11.º Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro, relativo ao período compreendido entre 18 de novembro de 2013 e 17 de Maio de 2014.

Importa realçar, da análise ao documento, a inconsequência global do Plano de Saneamento Financeiro e o incumprimento de importantes normativos legais (já assumidos no 10º Relatório), estando em curso as diligências necessárias à tomada de medidas de gestão racionais e geradoras de cumprimento da Lei e da construção da sustentabilidade financeira da CMA.

3. USF de Cacia - aquisição de parcela de terreno

O Executivo Municipal deliberou ratificar o protocolo celebrado entre a CMA e Rosa Celeste da Costa Duarte Santo António tendo em vista a aquisição de uma parcela de terreno necessário para a implantação da nova Unidade de Saúde Familiar de Cacia, pelo valor de 25.665,00€.

A obra da USF de Cacia terá início na primeira quinzena de novembro após um complexo processo para aquisição dos terrenos necessários (terminado apenas no dia 24OUT14) e obtenção do Visto do Tribunal de Contas (visto tácito obtido em junho de 2014), assim como para a garantir o financiamento pelos Fundos Comunitários do PORCentro (com uma taxa de 85%) e pelas verbas do Orçamento do Ministério da Saúde, estando neste momento a serem desenvolvidas as diligências preparatórias com o Empreiteiro necessárias para o início da obra.

A empreitada será executada pela empresa “RibeiroEscala - Construções Lda.”, com um custo de 618.380,00€ (acrescida de IVA) e um prazo de execução de 12 meses.

A nova USF ficará localizada no terreno junto ao cruzamento da Avenida Fernando Augusto de Oliveira com a Rua Conselheiro Nunes da Silva, no centro de Cacia, representando um investimento total de 906.260,00€ (que inclui o montante de aproximadamente 220.000€ em equipamento).

Assim sendo, vamos iniciar nos próximos dias mais uma importante obra que vai disponibilizar condições com a devida qualidade para os Profissionais de Saúde e para os

Utentes da USF de Cacia, perspetivando-se a sua entrada em funcionamento no início do Outono do próximo ano 2015.

4. Participação Variável no IRS – ano 2015

No âmbito do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, o Executivo Municipal deliberou aprovar uma participação variável de 5 % do IRS para vigorar no ano de 2015, como forma de maximização das receitas próprias e necessárias para suporte das despesas correntes, nomeadamente no pagamento mensal das despesas com o pessoal.

Este dossier segue para apreciação da Assembleia Municipal.

5. Derrama – ano 2015

O Executivo Municipal deliberou aprovar uma derrama para cobrança no ano de 2015 no valor de 1,5% (igual ao valor de 2014), reforçando a capacidade financeira do Município para financiar importantes obras, nomeadamente ao nível dos serviços públicos essenciais e na qualificação urbana, contribuindo para o reequilíbrio orçamental que a CMA está a desenvolver no âmbito do processo de adesão ao FAM, com o Plano de Ajustamento Municipal (PAM).

Este dossier segue para apreciação da Assembleia Municipal.

6. Imposto Municipal sobre Imóveis – ano 2015

O Executivo Municipal deliberou fixar as taxas de 0,8% e 0,4% para as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para prédios rústicos e prédios urbanos respetivamente.

No seguimento da deliberação tomada a 17 de setembro encontra-se em preparação o Plano de Ajustamento Municipal (PAM), no âmbito do processo de adesão ao FAM, o qual na sua vertente de reequilíbrio orçamental, contempla medidas de maximização de receita própria, sendo que uma delas é a obrigatoriedade de aumentar a taxa de IMI para o valor máximo de 0,5%. Considerando que a fixação da taxa máxima de IMI implica um aumento superior a 50% da taxa em vigor no momento de apresentação do PAM (que atualmente é de 0,3%), o cumprimento desta medida será implementado, faseadamente, em dois anos.

A CMA já deu início ao processo de revisão dos coeficientes de localização do IMI, visando a sua racionalização no que respeita à lógica de aplicação no território (atualmente sem lógica, desequilibrada e difusa, além de serem globalmente elevados), perspetivando também uma compensação parcial no aumento do valor absoluto a pagar por força do aumento da taxa, e registando-se para percepção total deste processo que a CMA nunca desenvolveu junto do Ministério das Finanças diligências para a revisão ordinária ou extraordinária dos coeficientes de localização do IMI.

Este dossier segue para apreciação da Assembleia Municipal.

7. Taxa Municipal de Direitos de Passagem – ano 2015

O Executivo Municipal deliberou fixar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para cobrança no ano de 2015 no valor de 0,25% (igual ao valor de 2014).

No decurso do ano de 2014 deu-se início, no âmbito da Reforma da Política Fiscal do Município, à recolha e análise sobre as incidências e aplicação da TMDP nas suas diferentes componentes no Município de Aveiro, concluindo-se que a TMDP do Município de Aveiro não está a ser cobrada por todos os operadores de telecomunicações, tendo contudo sido registada uma receita total, desde que a CMA cobra esta taxa, de 2005 a 2013, um total de 190.648,59€.

Este dossier segue para apreciação da Assembleia Municipal.

8. Extinção da Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC) e Revogação do Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil de Aveiro

O Executivo Municipal deliberou aprovar a extinção da Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC) e a revogação do Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil de Aveiro, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

Não estando em causa o regulamento de execução, o fundamento da revogação assenta, em primeira instância, no agravamento do IMI que vai acontecer no Município de Aveiro (medida obrigatória no âmbito do FAM) e no entendimento de que os serviços de urbanidade que estão implícitos no pagamento do IMI incluem a proteção civil, verificando-se assim uma dupla tributação para o mesmo fim, o que de todo se rejeita, reservando-se no futuro uma parcela da receita do IMI para cumprir as funções que em 2013 e 2014 foram cumpridas pelo valor cobrado pela TMPC.

Este dossier segue para apreciação da Assembleia Municipal.

9. Acordo para a Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes do Universo Municipal

Considerando os benefícios das compras conjuntas, em particular os financeiros (associados à possibilidade de apresentação de propostas mais vantajosas) e os administrativos (traduzidos numa maior eficiência e menores gastos face aos procedimentos individuais), o Executivo Municipal deliberou aprovar a minuta de acordo para a Constituição de Agrupamentos de Entidades Adjudicantes, no Universo Municipal, composto pela Câmara Municipal de Aveiro, pela EMA – Estádio Municipal de Aveiro EEM, MOVEAVEIRO – Empresa Municipal de Mobilidade EEM, TEMA – Teatro Municipal de Aveiro EEM e Aveiro Expo – Parque de Exposições de Aveiro EEM.

10. Aquisição de serviços de manutenção e revisão de meios de combate a incêndio

No seguimento da deliberação do Executivo Municipal de abertura do procedimento por ajuste direto para a contratação da “Aquisição de Serviços de Manutenção e Revisão de Meios de Combate a Incêndios” nos edifícios municipais, e considerando que a única proposta apresentada foi excluída, o Executivo Municipal deliberou aprovar a abertura do procedimento por ajuste direto, para o Agrupamento de Entidades Adjudicantes (no Universo Municipal) para a “Aquisição de Serviços de Manutenção e Revisão de Meios de Alarme, Detecção e Combate a Incêndios e de Detecção de Monóxido de Carbono, pelo valor base de 56.903,00€ (acrescidos de IVA) pelo período de 3 anos.

11. Prestação de serviços na área dos Seguros – concurso público internacional

O Executivo Municipal deliberou aprovar a abertura do procedimento de concurso público internacional para a “Prestação de Serviços na Área dos Seguros” para o Agrupamento de Entidades Adjudicantes do Universo Municipal, pelo valor de 907.035,00€ (isento de IVA), pelo período de 3 anos.

12. Projeto VIVACIDADE – projeto de intervenção

O Executivo Municipal deliberou aprovar o projeto de intervenção urbana para o primeiro espaço escolhido, no âmbito do projeto VIVACIDADE, situado num miolo urbano degradado localizado entre a Rua de S. Sebastião e a Rua Infante D. Henrique.

No decorrer do projeto, mais de três dezenas de cidadãos, moradores na zona envolvente ao vazio urbano, estudantes e outros cidadãos, participaram em reuniões abertas para apresentar ideias, discutir e desenhar propostas para qualificar o vazio urbano definido.

“VivaCidade” é um projeto participado por uma equipa constituída pela Câmara Municipal de Aveiro, pela PUIS – Plataforma Universitária para a Inovação Social e pela SETEPÉS e tem por objetivo possibilitar a intervenção – melhorar e qualificar – de espaços vazios na cidade, nomeadamente, espaços que estão abandonados e que podem ser úteis para a comunidade. A intenção é torná-los em lugares cómodos, acessíveis e agradáveis.

O projeto “VivaCidade”, um dos 10 selecionados entre 127 (ao nível europeu), pretende envolver a comunidade, num processo de participação pública, na transformação de três espaços expectantes através de intervenções criativas.

Com este projeto ambiciona-se que a comunidade tenha uma participação ativa e positiva para as questões urbanas, nomeadamente, apoiar e impulsionar novos grupos e dinâmicas na comunidade que possam promover essa participação. Existe ainda a vontade de aproximar a população local e os estudantes, promovendo a troca de experiências, conhecimentos e competências. Por último, de salientar que ao recolher e trabalhar memórias, garante-se a identificação da comunidade com os lugares.

“Actors of urban change” pressupõe o desenvolvimento de um projeto cultural que promova o desenvolvimento urbano participado e sustentável, reforçando as competências de colaboração entre parceiros de sectores diferentes. O programa não se foca nos processos formais de planeamento urbano, mas nas metodologias necessárias para reforçar os laços da comunidade e permitir o desenvolvimento urbano local sustentável. A Fundação Robert Bosch, em cooperação com a MitOst, através do seu Programa Actors of Urban Change, promovem e financiam este projeto tem a duração prevista de 18 meses, com final em maio de 2015.

13. Integração na Plataforma Local de Operacionalização e Gestão (PLOG) Reserva Natural das Dunas de São Jacinto – Marca Natural.PT

O Executivo Municipal deliberou aprovar a integração do Município de Aveiro na Plataforma Local de Operacionalização e Gestão (PLOG) Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, aderindo ao projeto da marca “Natural.PT”, numa iniciativa gerida e operacionalizada pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), cujo principal objetivo é a promoção integrada do território, partilhando valores e princípios da sustentabilidade e valorizando a natureza.

14. Regulamento das Distinções Honoríficas, Chave de Honra e Toponímia

O Executivo Municipal deliberou aprovar o novo “Regulamento das Distinções Honoríficas, Chave de Honra e Toponímia”, associando num único regulamento a matéria associada às distinções honoríficas, chave de honra e toponímia, revogando o “Regulamento de Atribuição das Distinções Honoríficas do Município de Aveiro e da sua Chave de Honra”, bem como a parte relativa à Toponímia o Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia.

O novo regulamento municipal tem como objetivo instituir e definir as distinções honoríficas, a chave de honra e insígnias a atribuir pelo Município de Aveiro, tendo em vista homenagear publicamente pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, que se notabilizem pelos seus méritos, feitos ou contributos, bem como os funcionários ou colaboradores do Município que se distingam pelo exemplar desempenho das suas funções.

Este dossier segue para apreciação da Assembleia Municipal.

15. Loja de Aveiro City Point

O Executivo Municipal deliberou aprovar um novo Contrato de Consignação a celebrar no âmbito da venda de produtos, em consignação, na Loja City Point do Museu da Cidade de Aveiro, com a entidade Enamorata Lda. (lenços de seda com motivos de pinturas já patentes no Museu da Cidade), apostando na promoção e disseminação do património cultural do Município de Aveiro.

16. Reuniões de Câmara no mês de Novembro

Considerando a realização da Reunião de Câmara extraordinária realizada no dia 31 de outubro, que permitiu tratar os assuntos pendentes de deliberação, o Executivo Municipal deliberou aprovar a não realização da primeira reunião de executivo (prevista para o dia 05 de novembro), realizando apenas a segunda reunião no dia 19 de novembro, pelas 15h30, com carácter privado.

Agradecemos toda a atenção dispensada e apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

**Guilherme Teixeira Carlos
Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro**